



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.337, DE 2023

(Do Sr. Henderson Pinto)

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir os produtores rurais Pessoa Jurídica no rol de beneficiários da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de máquinas e equipamentos destinados às atividades de reflorestamento.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2682/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº , DE 2023
(Do Sr. Henderson Pinto)

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir os produtores rurais Pessoa Jurídica no rol de beneficiários da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de máquinas e equipamentos destinados às atividades de reflorestamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1.995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º-A Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as máquinas e equipamentos destinados às atividades de reflorestamento, classificados nas posições 84.24, 84.23, 84.39, 74.65 e 87.01 da Tabela de Incidência do IPI – TIPI, quando adquiridos por produtores rurais inscritos no CNPJ/MF, e que exerçam a atividade de reflorestamento há mais de 5 (cinco) anos, comprovadamente, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, a aquisição com isenção somente se aplica a máquinas e equipamentos novos cujo preço de venda ao consumidor, incluídos os tributos incidentes, não seja superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).”

“Art. 2º A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de que trata os art. 1º e 1º-A desta Lei somente poderá ser utilizada uma





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **HENDERSON PINTO -**
MNR/PA

Apresentação: 03/07/2023 16:15:52.267 - MESA

PL n.3337/2023

vez, salvo se o veículo, máquina ou equipamento tiver sido adquirido há mais de 2 (dois) anos.

..... ” (NR)

“Art. 4º

II - ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente a automóvel de passageiros, máquina ou equipamento destinado ao reflorestamento, originários e procedentes de países integrantes do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, saído do estabelecimento importador de pessoa jurídica fabricante de automóveis da posição 87.03, ou de máquinas e equipamentos das posições 84.24, 84.32, 84.39, 84.65 e 87.01 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI com as isenções de que tratam os arts. 1º e 1º-A, respectivamente. ” (NR)

“Art. 5º O imposto incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo, da máquina ou do equipamento para reflorestamento adquirido.

..... ” (NR)

“Art. 6º A alienação do veículo, da máquina ou do equipamento para reflorestamento adquiridos nos termos desta Lei que ocorrer no período de 2 (dois) anos, contado da data de sua aquisição, a pessoas que não satisfaçam as condições e os requisitos estabelecidos para a fruição da isenção acarretará o pagamento pelo alienante do tributo dispensado, atualizado na forma prevista na legislação tributária.

..... ” (NR)

“Art. 7º No caso de falecimento ou incapacitação do motorista profissional ou do produtor rural alcançados, respectivamente, pelos incisos I e II do art. 1º e pelo art. 1º-A desta lei, sem que tenha efetivamente adquirido veículo profissional ou máquinas e equipamentos para reflorestamento, o direito será transferido ao cônjuge, ou ao herdeiro designado por esse ou pelo juízo, desde que





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **HENDERSON PINTO -**
MNR/PA

Apresentação: 03/07/2023 16:15:52.267 - MESA

PL n.3337/2023

seja, em cada caso, motorista profissional habilitado e destine o veículo ao serviço de táxi ou que seja produtor rural inscrito no CNPJ/MF e exerça a atividade de reflorestamento há mais de 5 (cinco) anos.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

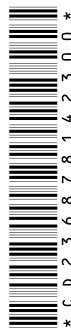
O objetivo deste Projeto de Lei é estender aos produtores rurais inscritos no CNPJ/MF, que exerçam a atividade de reflorestamento há pelo menos 5 (cinco) anos, comprovadamente, nos termos do regulamento, a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de máquinas e equipamentos novos destinados à atividade de reflorestamento, já concedida aos taxistas e às pessoas com deficiência na aquisição de veículos novos.

Trata-se de uma medida justa e necessária, tendo em vista a grande importância dos reflorestadores para a sustentabilidade do meio ambiente, sendo que as máquinas e equipamentos são instrumentos de trabalho essenciais para o bom desempenho da atividade de reflorestamento.

Nesse contexto, o benefício fiscal em tela contribui para a geração de emprego e renda no campo e para a manutenção do equilíbrio do meio ambiente.

Ante o exposto e tendo em vista a imensa relevância desta medida para a viabilização da atividade de reflorestamento e para a sustentabilidade do meio ambiente no Brasil, conto com o apoio dos nobres pares nesta Casa para a rápida aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Sessões, em de de 2023.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **HENDERSON PINTO** -
MDB/PA

Henderson Pinto
Deputado Federal
MDB/PA

Apresentação: 03/07/2023 16:15:52.267 - MESA

PL n.3337/2023





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 8.989, DE 24 DE
FEVEREIRO DE 1995**
Art. 1º, 2º, 4º, 5º, 6º, 7º

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995-0224;8989>

FIM DO DOCUMENTO